Estrasburgo, 14 de Dezembro de 1995

Intervenção do

deputado *Sérgio Ribeiro* (PCP-CEUEU/EVN)

no debate sobre Timor-Leste nas questões urgentes

Há 20 anos e uma semana as forças armadas da Indonésia invadiram Timor-Leste interrompendo um processo de descolonização. Fizeram-no a coberto de argumentos e de cumplicidades.

Os 20 anos que entretanto se viveram foram 20 anos de resistência do povo de Timor-Leste. De resistência ao invasor, às cumplicidades, à indiferença, ao silêncio.

Hoje, o povo de Timor-Leste continua vivo, na sua identidade histórica e cultural. O povo de Timor-Leste está vivo, apesar do genocídio e das vítimas que tem provocado. O que quase surpreende!

Neste Parlamento Europeu temos procurado formas de apoio ao povo de Timor-Leste e à sua luta heroica pelo direito à autodeterminação. Por isso, de novo esta resolução no Parlamento, com o grande significado do largo compromisso por detrás da sua proposta.

Em Junho, aqui, falámos de Timor-Leste a propósito da "*nova estratégia para a Ásia*". Em Setembro, aqui, falámos de Timor-Leste denunciando a violenta provocação da "*islamização forçada*", que junta às acções de genocídio físico as de genocídio cultural e religioso.

Neste mês de Dezembro, jovens visitantes por nós convidados quiseram manifestar-se nas portas do Parlamento pelo povo de Timor-Leste e pela sua luta, e entregaram, dirigida ao Presidente do Parlamento, uma carta com as suas posições.

Hoje mesmo, nos nossos cacifos de deputados, recebemos mais documentação sobre Timor-Leste, como a revista *The Spokesman*, fundada por Bertrand Russell, uma publicação da Amnistia Internacional sobre *As mulheres na Indonésia e Timor Oriental - levantando-se contra a repressão*, e uma notícia sobre a prisão de 13 timorenses.

Foi o nosso grupo o primeiro a depositar uma proposta de resolução com o fito de, aqui e hoje, lembrar a invasão de há 20 anos. Mas foi também com grande satisfação que participámos nos esforços bem sucedidos para se chegar a uma proposta de resolução comum.

É importante que o consenso seja tão largo quanto possível na denúncia-recordação de um acto de invasão militar e na afirmação do direito de um povo à sua autodeterminação como, aliás, as Nações Unidas já reiteradamente reconheceram.

É urgente que as conversações políticas, sob a égide do secretário-geral da ONU e com a participação de representantes timorenses, levem a soluções políticas.

Pelo nosso lado, reiteramos e relevamos o significado desta proposta de resolução comum e não temos qualquer intenção de retirar aproveitamento partidário das iniciativas que tivemos. Como não compreendemos e menos aceitamos que outros o pretendam fazer. A luta do povo de Timor-Leste merece de todos nós um comportamento que em nenhuma circunstância a instrumentalize.

O que, como é evidente, não quer dizer que coincidamos totalmente com a proposta de resolução que subscrevemos. Com o que diz, como diz, com o que não diz. Nela falta, a nosso ver, a denúncia e a condenação do comportamente muito recente da embaixada em Djacarta de um Estado-membro que, à revelia do espírito de protecção diplomática que está no art. 8º-C do TUE, entregou à polícia indonésia timorenses e indonésios que se tinham acolhido nas suas instalações, na oportunidade deste 20º aniversário.

Sublinhamo-lo porque consideramos ser do nosso âmbito de intervenção política, no quadro institucional da União Europeia, fazê-lo. E tanto assim que depositámos uma pergunta prioritária ao Conselho de Ministros neste mesmo sentido.

Por outro lado, não tendo querido fazer da não citação deste facto um motivo que dificultasse o consenso e estreitasse a amplitude do apoio à proposta de resolução, lembramos que o próprio parlamento holandês chamou para esclarecimentos o ministro dos negócios estrangeiros. E não se caia no absurdo de procurar justificações para branquear comportamentos através da recusa, aos timorenses, da procura de formas de trazerem, pacificamente, para as instâncias internacionais e a comunicação social, o conhecimento da sua situação, da sua luta, do seu sacrifício, da violência e repressão a que estão sujeitos, da sua coragem, da sua vontade de serem e de continuarem a ser timorenses. E de o virem a ser plenamente.